A hora e a vez do crescimento

Maria Antonieta Del Tedesco Lins

É sempre assim... Toda vez que está para se iniciar um novo mandato, as questões originadas pelas expectativas de que esse governo seja capaz de criar condições para um crescimento mais substancial vêm à tona. Se procurarmos nos registros dos boletins dos analistas de mercado do final de 2002, veremos que, passados quatro anos, poucas entre as inquietudes daquele momento estão definitivamente equacionadas.

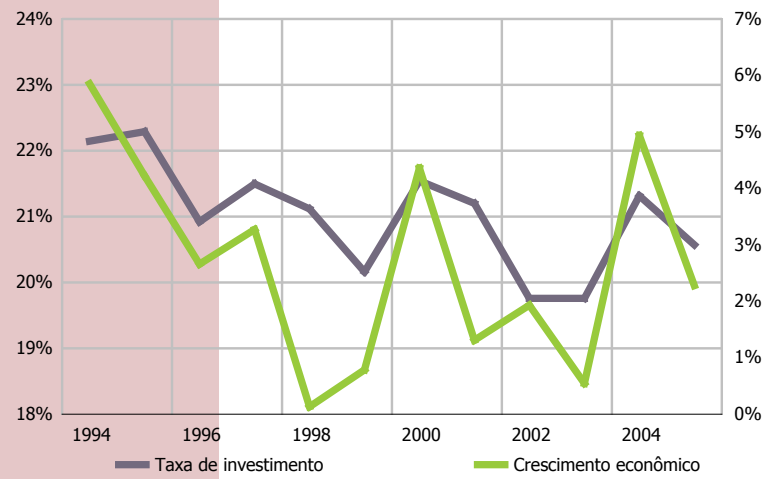
Em 2002, o crescimento já era prioridade... mas a estabilização falou mais alto

A favor do crescimento, e usando de complacência em relação às escolhas de política econômica feitas nos últimos quatro anos, é preciso admitir que a turbulência das expectativas e seus efeitos sobre a taxa de câmbio, os preços e as decisões de investimento no último trimestre de 2002 deixavam poucas alternativas ao governo que assumia além do pulso firme para a volta à estabilidade.

De fato, no final de 2002, as reservas internacionais não chegavam a US$ 20 bilhões, o PIB não chegou a crescer 2%, o IPCA elevou-se 12,5% e o real perdeu mais de 50% de seu valor em termos nominais. Caminhando para o fim de 2006, a situação é bem distinta: as reservas superam US$ 80 bilhões, a meta de inflação deverá ser cumprida com folga e o real, após quatro anos de apreciação, deverá ganhar cerca de 6% de seu valor nominal no ano. Mas o PIB, só com muito custo, será capaz de chegar a uma taxa de crescimento de 3% neste ano.

Taxa de investimento e crescimento do PIB

Fonte: IBGE



Por isso, logrados estes importantes e imprescindíveis sucessos no campo da estabilidade, agora é inadiável enfrentar os obstáculos ao crescimento mais robusto.

Pano de fundo

A responsabilidade pela timidez do crescimento econômico recente não pode ser apenas atribuída à política macroeconômica de curto prazo. Há vários anos, temos a impressão de viver sobre uma corda bamba, com medo de que alguns dos ajustes "temporários" se rompam, impondo os efeitos destes choques ao conjunto economia.

Do lado das finanças públicas, a sistemática elevação da carga tributária vem funcionando como uma trava sobre a expansão das atividades de vários setores. E, dificilmente, o governo poderá abrir mão de receita. Isso porque, dado o peso do gerenciamento da dívida pública, o espinhoso panorama da Previdência Social e as limitações sobre a elaboração do plano de gastos, só profundas reformas, há muito debatidas e aguardadas, poderiam trazer uma solução mais confortável para a elaboração de políticas de longo prazo.

Em termos do impacto sobre as contas públicas, a reforma previdenciária seria a primeira da fila. Como instrumento de redução das desigualdades setoriais, da informalidade, e como estímulo aos investimentos e à produção, poderia atuar uma ampla reforma tributária. E isso sem mencionar os famosos marcos regulatórios em vários setores cruciais da infra-estrutura, em que estão as maiores carências de investimentos. Parece que não há muito mais tempo a esperar por estas reformas.

A grande questão é a viabilidade política da aprovação de um vasto elenco de reformas estruturais, as quais inevitavelmente representam perdas para diferentes setores e regiões. As condições políticas para o sucesso de uma rodada, ainda que parcial, de reformas, serão desenhadas a partir da montagem da coalizão de apoio ao novo governo. Pela movimentação entre grupos partidários pouco antes de

fechar 2006, parece improvável a constituição de uma base parlamentar muito simpática a um plano de reformas mais profundo.

Esse quadro dá um pano de fundo em que uma recuperação espetacular das taxas de crescimento econômico não é possível. Mas há condições para que a recuperação dos investimento leve a um cenário de crescimento mais favorável do que o observado nos últimos anos. Entre 2000 e 2005, em que a maioria dos países também cresceu de forma moderada (2,6% ao ano), o Brasil cresceu a uma taxa inferior, de 2,2% ao ano.

Investimentos

A preocupação com a exigüidade do nível de investimentos vem motivando um bom número de estudos sobre o assunto. Diferentes levantamentos realizados no segundo semestre de 2006 dão conta de uma expansão do volume de investimentos projetados para o período 2007-2010. De forma coerente com as necessidades de crescimento do país e com sinais do mercado externo, os maiores volumes de investimentos planejados estão em setores como petróleo e gás, siderurgia, mineração e eletroeletrônico.

As condições macroeconômicas e a ligeira ampliação dos investimentos apontam para um crescimento de 3,5% em 2007

Ademais dos investimentos privados autônomos nos setores industriais, há que se considerar a premência de realização de investimentos em infra-estrutura, cruciais para estimular a superação de um inegável atraso no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Estudo da FGV Projetos de 2006[1] estimou as necessidades de investimento em rodovias, saneamento, geração de energia e habitação social para levar o país a uma melhora substantiva em sua classificação no Índice de Desenvolvimento Humano. Esses dispêndios representam um valor de R$ 139 bilhões em quatro anos,[2] o que equivale a um incremento na taxa de investimento de cerca de 1,5 ponto percentual do PIB. Se realizados, terão impactos expressivos sobre o nível de emprego e renda.

No final do primeiro mandato, o governo vem dando demonstrações de concordância com teses de defesa de um incremento vultuoso dos investimentos. Embora, até o início de dezembro, medidas específicas ainda não tenham sido anunciadas, existe um clima favorável a uma rodada de desonerações fiscais sobre bens de capital e outras medidas para recuperar a formação bruta de capital do país.

Um cenário

Tendo em mente a manutenção das grandes diretrizes da política econômica e o prosseguimento da redução gradual das taxas de juros, é possível vislumbrar um cenário básico para a economia brasileira entre 2007 e 2010. Mantido o padrão de investimentos e as condições macroeconômicas de 2006, o crescimento do PIB ficaria em torno de 3,3% no próximo ano. Com a pequena ampliação dos investimentos esperada, essa taxa de crescimento deve alcançar 3,5% em 2007. Esse número, apesar de modesto se comparado ao de outros países em desenvolvimento, representa um aumento expressivo da taxa de crescimento da economia brasileira – vale lembrar que, entre 2000 e 2005, ela foi de 2,2% ao ano.

Sem choques, a inflação não deve ser um problema sério em 2007, o que será fator adicional para deixar caminho aberto para o crescimento. Nesse cenário, há espaço para o estabelecimento de custos financeiros bem mais baixos do que os praticados nos últimos quatro anos, permitindo uma recuperação gradativa das diversas modalidades de crédito.

E assim permanecemos. Não há milagre previsto no horizonte próximo, ou melhor, o conjunto articulado de instrumentos da política econômica não permite vôos muito altos, embora tenha um mérito reconhecido: o de manter a estabilidade.

Mas há uma boa e ampla trilha de possibilidades de investimento que pode, se seguida de forma consistente, ampliar a capacidade produtiva do Brasil. E essa trilha passa pela construção. Vamos acreditar! ■

Cenário Macroeconômico 2007

Crescimento econômico	
PIB	3,5%
Emprego	3,1%
Inflação	
IPC	4,9%
IGP	4,2%

Fonte: FGV Projetos

1 FGV Projetos (2006): *A construção do desenvolvimento sustentado. A importância da construção na vida econômica e social do país*. FGV, São Paulo.

2 Valor a preços de 2003.